



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'Fino'.

161/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E FAIXAS CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA – ESTRADAS MUNICIPAIS E NACIONAIS SOB A RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – EXECUÇÃO DE SILVICULTURA PREVENTIVA, PELO VALOR GLOBAL DE 157.500,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.

Aos treze dias do mês de Abril do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA.**, com sede em Rua da Alameda, nº 11, em Faro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa colectiva 500649340, com o capital social de 500.000,00€, representada por **JOÃO CARLOS BARRA PALMEIRO FEIJÃO**, portador do cartão de cidadão número 06044082 1 ZY7, emitido pela República Portuguesa, válido até 3 de Março de 2020, contribuinte número 146664779, na qualidade de gerente da empresa, com poderes para o acto, conforme consta da certidão permanente e procuração de 22 de Janeiro de 2018, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de empreitada, o qual é composto pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **07 de Abril de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 47, II Série de 7 de Março de 2018, foi adjudicada à firma **JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA.**, a prestação de: **“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE FAIXAS CONFINANTES COM A REDE VIÁRIA – ESTRADAS MUNICIPAIS E NACIONAIS SOB A RESPONSABILIDADE DA AUTARQUIA – EXECUÇÃO DE SILVICULTURA PREVENTIVA”** pelo valor global de 157.500,00€ (cento e cinquenta e sete mil e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
f. 3.
rue

quinheiros euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.20.04**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **2752** e LCPA n.º **6135**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de manutenção e limpeza de faixas confinantes com a rede viária – Estradas Municipais e Nacionais sob a responsabilidade da autarquia - execução de Silvicultura Preventiva, conforme descrito na parte II do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: A prestação de serviços deverá ser totalmente executada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato;-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo quarto da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

QUINTA: O prestador de serviço garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos constantes no artigo 8.º da parte I do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3

f *FS*
fluo

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 9 da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

OITAVA: As quantias devidas devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificar um atraso superior a 20 dias relativamente ao prazo máximo de execução da prestação de serviços.-----

b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.-----

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

4
f
F
PUC

DÉCIMA PRIMEIRA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das actividades exercidas no âmbito da prestação de serviços.-----

O prestador de serviços obriga-se a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Luis Mendes, Chefe da Unidade Operacional de Apoio à Construção e Manutenção de Vias Municipais;-----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 07 de Abril de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

Viti Félix

O SEGUNDO OUTORGANTE,

João Carlos F. T. Silva

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro